

**DADOS GERAIS**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-EDUCAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – UC-EDUCAÇÃO****I. REGÊNCIA LEGAL**

Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 009/2024.

**II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR(ES)**

**PREFEITURA DE CARUARU / SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**III. PROCESSO LICITATÓRIO**

**Nº 105/2026**

**IV. MODALIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.105/2026**

**V. OBJETO**

Constitui objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica durante os eventos desportivos executados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

**VI. MODO DE DISPUTA**

A disputa dar-se-á pelo modo **ABERTO** e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO** de 1,0% (UM POR CENTO).

**TIPO / CRITÉRIO DE  
JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO (GLOBAL)**

**VII. PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**12 MESES, CONTADOS A PARTIR DA  
ASSINATURA**

**VIII. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:**

<b>ANEXOS</b>	<b>I</b>	<b>Termo de Referência;</b>
	<b>II</b>	<b>Modelo de Proposta de preços;</b>
	<b>III</b>	<b>Modelo de Declarações;</b>
	<b>IV</b>	<b>Minuta de Contrato</b>

**IX. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO**

<b>LOCAL DO PREGÃO</b>	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> UASG:982381
<b>DATA LIMITE para recebimento das propostas</b>	<b>28/04/2026 às 09h30min (horário de Brasília-DF)</b>
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>	<b>28/04/2026 às 09h30min (horário de Brasília-DF)</b>
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO</b>	<b>HORÁRIO DE BRASÍLIA</b>

**X. DADOS PARA CONTATO**

<b>Agente de Contratações/Pregoeiro: Gisele Ribeiro Farias</b>	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:uceducacao.caruaru@gmail.com">uceducacao.caruaru@gmail.com</a>
<b>Endereço: Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.</b>	<b>Fone: (81) 9.8384-5665</b>



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2026 – UC-EDUCAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.105/2026 – UC-EDUCAÇÃO**

**SUMÁRIO**

ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.00	COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
15.00	DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
16.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



21.00	DO CONTRATO
22.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
23.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
24.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
25.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
26.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
27.00	DO PAGAMENTO
28.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
30.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.105/2026 – UC/E****1. PREÂMBULO**

**1.1.** O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de seu Exmo. Sr. Secretário de Educação e Esportes, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC-Educação, designado através da Portaria GP nº 0626, de 25 de março de 2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

**1.2.** A licitação observará o local e horários a seguir

**LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO**

<b>LOCAL DO PREGÃO</b>	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> <a href="https://compras.fipe.gov.br/licitacao/licitacao.aspx?UASG=982381">UASG:982381</a>
<b>DATA LIMITE para recebimento das propostas</b>	28/04/2026 às 09h30min (horário de Brasília - DF)
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>	28/04/2026 às 09h30min (horário de Brasília - DF)
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO</b>	<b>HORÁRIO DE BRASÍLIA</b>

**OBSERVAÇÃO:**

- **ESTA LICITAÇÃO NÃO ESTÁ RESERVADA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**
- **NO QUE DISPÕE O ARTIGO 48 III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, TORNA-SE INVIÁVEL SUA APLICAÇÃO, JUSTIFICANDO-SE PELA ESPECIFICIDADE DO OBJETO NECESSITAR DE PADRONIZAÇÃO DOS ITENS, TORNANDO-OS INDIVISÍVEIS, FICANDO ASSEGURADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE O BENEFÍCIO DO EMPATE FICTO CONFORME O ARTIGO 44 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.**
- **A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA *IN LOCO*, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE A(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).**

**1.3.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

**1.4.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeiro**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal** – COMPRAS.GOV ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**1.5.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**1.6.** Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **2. OBJETO DA LICITAÇÃO**

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica durante os eventos desportivos executados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru, quantidades estimadas e demais exigências descritas no Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

**2.1.** A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme justificativa constante no tópico 3.1.3 do Termo de Referência.

**2.2.** O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

**2.3.** Para melhor compreensão os quantitativos estimados e as especificações detalhadas dos serviços pretendidos encontram-se devidamente discriminados na planilha abaixo, no qual constam as descrições técnicas, parâmetros operacionais e demais informações necessárias à adequada caracterização do objeto da futura contratação:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor estimado unitário	Valor estimado total
1	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BASQUETEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Basquetebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, 1 (um) Apontador de vinte e quatro segundos, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	260	R\$ 440.00	R\$ 114.400.00
2	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE FUTEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de campo, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Quarto Árbitro e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	340	R\$ 499.00	R\$169.660.00
3	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE FUTSAL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de salão - Futsal, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Cronometrista e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada	JOGO	1.400	R\$ 279.50	R\$ 391.300.00
4	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE HANDEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Handebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	220	R\$ 393.00	R\$ 86.460.00
5	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VOLEIBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Voleibol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 2 (dois) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	400	R\$ 323.00	R\$ 129.200,00
6	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO de NATAÇÃO</b> Serviço de arbitragem para a modalidade de Natação, composto por 1 (um) árbitro geral, 2 (dois) árbitros de chegada, 3 (três) árbitros de virada, 2 (dois) árbitro de percurso, 1 (um) arbitro de partida, 1 (um) chefe	Etapa	16	R\$ 3.700.00	R\$ 59.200.00



	de cronometragem, 6 (seis) cronometristas, 1 (um) anunciador e 1 (um) apurador, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.				
7	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BADMINTON</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Badminton, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 4 (quatro) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.400.00	R\$ 54.400.00
8	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VÔLEI DE PRAIA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Vôlei de Praia, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 2.407.51	R\$ 38.520.16
9	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE XADREZ</b> , Serviço de arbitragem para a competição de Xadrez, composto por 1 (um) Árbitro principal e 4 (quatro) Árbitros auxiliares, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	12	R\$ 2.224.50	R\$ 26.694.00
10	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE JUDÔ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Judô, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 04 (quatro) Árbitros laterais, 02 (dois) Anotadores, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$ 2.850.00	R\$ 68.400.00
11	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE KARATÊ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Karatê, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 02 (dois) Árbitros laterais, 01 (um) Anotador, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$ 4.082.56	R\$ 97.981.44

12	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE TÊNIS DE MESA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Tênis de Mesa, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 04 (quatro) Árbitros centrais, 01 (um) Árbitro de controle e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.600.00	R\$ 57.600.00
13	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BOCHA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Bocha, composto por 01 (um) Árbitro Geral, 03 (três) Árbitros auxiliares e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	10	R\$ 3.675.00	R\$ 36.750.00
14	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE ATLETISMO</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Atletismo, composto por 01 (um) Árbitro geral, 01 (um) Árbitro de partida, 01 (um) Árbitro de chegada, 01 (um) Cronometrista Chefe, 01 (um) Árbitro de provas de campo, 01 (um) Árbitro de provas de pista, 03 (três) Árbitro de provas de arremessos, 8 (oito) Cronometrista e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$ 3.000.00	R\$ 48.000.00
15	<b>BEACH TENNIS</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da Confederação Brasileira de Beach Tennis (CBBT). Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapa	8	R\$ 2.518.60	R\$ 20.148.80



16	<b>FUTMESA</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da modalidade. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapas	8	R\$ 690.87	R\$ 5.526.96
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 1.404.241,36</b>	

**2.4.** Os serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica objeto desta contratação deverá ser prestados em estrita conformidade com as **regras oficiais de cada modalidade esportiva**, os regulamentos das respectivas confederações e federações, as diretrizes do **Código Brasileiro de Justiça Desportiva — CBJD** e as normas técnicas aplicáveis, observando-se, em cada caso, a composição mínima de equipe definida para cada item.

**2.5.** A empresa contratada deverá disponibilizar equipes completas de arbitragem, em quantitativo suficiente para **atender simultaneamente** às competições, jogos e etapas previstas no calendário esportivo da SEDUC, inclusive em casos de sobreposição de horários e locais, assegurando a continuidade, a regularidade e a fidedignidade das competições.

**2.6.** Os profissionais designados para atuação nos eventos deverão:

a) possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

b) ter formação compatível e experiência comprovada em eventos esportivos de porte e nível compatíveis com os jogos escolares municipais, estaduais e demais competições organizadas pela Administração;

c) apresentar credenciamento ativo nas entidades esportivas competentes, Confederação, Federação e/ou Associações locais pertinentes à modalidade, comprovado mediante carteira, atestado de capacidade técnica e/ou certificado emitido pela entidade correspondente;

d) observar rigorosamente as regras oficiais das modalidades e os regulamentos das competições promovidas pelo Município.

**2.7.** Constitui requisito técnico indispensável que a empresa contratada forneça, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: apitos, cronômetros, súmulas, formulários, cartões, bandeiras, pranchetas, trenas, equipamentos de sonorização, placares e sistemas de cronometragem eletrônica, quando exigidos pela modalidade. Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e adequados às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

**2.8.** Os preços ofertados deverão contemplar **todas as despesas necessárias** à perfeita realização dos serviços, incluindo: deslocamento, alimentação, eventual hospedagem dos profissionais, materiais relativos à arbitragem esportiva, placar eletrônico, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**2.9.** As equipes de arbitragem deverão apresentar-se **devidamente uniformizadas, identificadas e com antecedência mínima de 01 (uma) hora** do início das competições, sendo vedados atrasos, ausências ou substituições não previamente autorizadas pela fiscalização contratual.

**2.10.** Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o cronograma oficial dos eventos, com registro adequado das ocorrências e resultados em súmulas oficiais, as quais deverão ser entregues às equipes e encaminhadas à Comissão Organizadora nos prazos estabelecidos, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a regularidade das competições esportivas.

**2.10.1.** Não será admitida, na execução dos serviços, a participação de empresa ou de profissionais que estejam cumprindo penalidades de suspensão ou sanção imposta por órgãos da Justiça Desportiva ou por entes da Administração Pública. A contratada deverá promover a substituição imediata de qualquer profissional que venha a incorrer nessa condição durante a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**2.10.2.** Os profissionais a serem disponibilizados para a execução dos serviços de arbitragem enquadram-se na **Classificação Brasileira de Ocupações — CBO nº 3772**, correspondente a Árbitros Desportivos, conforme estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

### **3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)**

**3.1.** O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023, realizado pela Gerência de Compras e Cotações da SAD, em que foi apurado a estimativa do valor total em R\$ 1.404.241,36 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, duzentos e

quarenta e um reais e trinta e seis centavos), conforme detalhado expressamente no mapa de preços nº 73/2025, em anexo, e na tabela do item 3.2.2. do presente Termo de Referência.

**3.2.** Os valores unitários estão estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços anexo e são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

**3.3.** Os custos com frete, carga, descarga e transporte dos materiais deverão ser integralmente suportados pelo licitante vencedor, sem qualquer custo adicional posterior à Administração, devendo estar expressamente contemplados na proposta.

#### **4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
12.361.1217.2.7004 - Suporte as Atividades Esportivas Escolares  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
12.361.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2701.2.158 - Suporte aos eventos e competições de Desporto de Rendimento  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2708.2.147 - Suporte as Atividades de Desporto e Lazer  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11002 - FUNDEB  
12.361.1218.2.7004 - Suporte às Atividades Esportivas Escolares  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

## **5. COMPONENTES DESTE EDITAL**

**5.1.** Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1.** Termo de Referência (**ANEXO I**).
- 5.1.2.** Modelo de Proposta de preços (**ANEXO II**).
- 5.1.3.** Modelo de Declarações (**ANEXO III**).
- 5.1.4.** Minuta de Contrato (**ANEXO IV**).

## **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**6.1.** O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1.** Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2.** Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3.** Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4.** Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5.** Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6.** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7.** Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8.** Declarar a vencedora;
- 6.1.9.** Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10.** Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11.** Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

### **6.2. Do Credenciamento:**

- 6.2.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



- 6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 6.2.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

### **7.1. Poderão participar deste Certame:**

- 7.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



## **7.2. Não poderão participar desta licitação:**

- 7.2.1.** Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.2.3.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 7.2.4.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.2.6.** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7.** Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9.** Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10.** Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 7.2.11.1.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 7.2.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)

- 7.2.13.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 7.2.14.** Não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.
- 7.2.15.** Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.
- 7.2.16.** Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

**7.3.** Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.**
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº.14.133/2021;**
- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.**
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.**
- l) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006,**

cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. ( ) sim, ME; ( ) sim, EPP; ( ) não, outros enquadramentos.

- II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/pregoeira**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

**7.4.1.** A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

**7.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)**

**8.1.** Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.3.** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**9.1.** O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.1.1.** Valor **TOTAL** do item.

**9.1.2.** Marca dos produtos e/ou serviços ofertados, à qual ficará vinculado.

**9.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;

**9.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.2.** Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

**9.4.** Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**9.6.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 90 (Noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

**9.7.** Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

**9.8.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

**9.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**9.10.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

#### **10.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

**10.2.** O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

**10.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.4.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.5.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**10.6.** Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.



**10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.**

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**11.2.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**11.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.

**11.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.7.1. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR VALOR POR ITEM.**

**11.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**11.9.1.** A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável

**11.10.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**11.11.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

**11.11.1.** Persistindo o empate, será realizado sorteio com agendamento prévio a ser transmitido e link disponibilizado para todos os licitantes

**11.12.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**11.13.** Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**11.14.** Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.15.** No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**11.16.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**11.17.** Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

**11.17.1.** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

**11.17.2.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**11.17.3.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**11.17.3.1.** Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeiro** decida não

reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**11.17.3.2.** Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

**11.17.3.3.** Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR VALOR POR ITEM.**

**11.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

**12.2.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**12.3.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

**12.4.** Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

**12.5.** Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**12.6.** No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

**12.7.** No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

**12.8.** O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**13.2.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

**13.3.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**13.4.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**13.4.1.** O **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

**13.4.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.4.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**13.4.4.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

**13.4.5.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.



### **13.5. Será desclassificada a propostas que:**

- 13.5.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 13.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;
- 13.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 13.5.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;
- 13.5.4.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 13.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;
- 13.5.6.** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- 13.5.7.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**13.6. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.**

**13.7.** A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**13.8.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela PREGOEIRO, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

**13.9.** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, a PREGOEIRO divulgará o resultado do julgamento das propostas.

**13.10.** Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**13.11.** Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

### **14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**



**14.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**14.2.** Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

**14.3.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**14.3.1.** Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

**14.3.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**14.4.** Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.5.** Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

**14.6.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

**14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**14.7.1.** Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**14.7.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.7.3.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**14.7.4.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**14.7.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**14.7.6.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

#### **14.8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidas do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

**14.8.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

**14.8.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**14.8.3.** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);

**14.8.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.8.5.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.8.6.** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.8.6.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **14.9. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**14.9.1.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**14.10.1.1.** Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

**14.9.2.** Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

**14.9.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese **de inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**14.9.4.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**14.9.5.** Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**14.9.6.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.9.7.** Para fins de habilitação, a verificação pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

**14.9.8.** Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

**14.9.9.** Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será **DECLARADA VENCEDORA** do certame.

**14.9.10.** O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.9.11.** A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**14.10.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), quando solicitados pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.11.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

**14.11.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.11.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-Educação, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

**14.12.** Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

**14.13.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



**14.14.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**14.15.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **15.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**15.1.** Os requisitos de qualificação técnica ora estabelecidos, já discriminados e justificados no Estudo Técnico preliminar, item 5.3, encontram amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir dos licitantes a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**15.1.2** Na definição dos critérios de qualificação técnica, a Administração observou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, buscando estabelecer exigências necessárias e suficientes para assegurar a execução adequada do objeto, sem impor restrições desnecessárias que comprometam a competitividade do certame, em consonância com o disposto no art. 67, §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

**15.2** A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto especificado neste termo, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 67, da Lei 14.133/21, com no mínimo 10 % (dez por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado, qual seja: Serviço de Arbitragem Esportiva.

**15.2.2** Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação;

**15.2.3** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços executados, além das datas de início e término;

**15.3** Declaração emitida pelo licitante de que possui em seu quadro funcional ou como prestador de serviços, na data prevista da entrega da proposta,



os profissionais suficientes a execução dos itens arrematados e com as seguintes qualificações:

15.3.1. Árbitros e Árbitros auxiliares:

- a) Com Capacitação técnica comprovada junto à Confederação, Federação e/ou Associações locais, a qual faz parte, através de/ou Atestado de Capacidade, Diploma, certificado das entidades correspondentes.
- b) Com Credenciamento ativo no Quadro de Árbitros da Confederação, Federação e/ou Associações locais. Credenciamento comprovado através da Carteira e/ou Certificado das entidades correspondentes.
- c) Apresentarem idade mínima de 18 anos, comprovando através da cópia do documento oficial de identificação.

15.4. Não serão admitidos a participação na execução dos serviços ora licitados, de empresas e/ou funcionários que estiverem cumprindo penalidades de suspensão imposta pela Comissão Disciplinar Especial de Justiça Desportiva, bem como se isso ocorrer durante a vigência do Contrato, sob condição de substituição do profissional ou rescisão do Termo de Contrato sem prejuízos na aplicação das penalidades impostas no Edital.

## 16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

**16.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

**16.2.** Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**16.3.** Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**16.4.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**16.5.** A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

**16.6.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

**16.7.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**17.1.** Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser feitos em campo próprio do sistema de disputa.

**17.2.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**17.3.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**17.4.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

**17.5.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

## **18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**18.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

**18.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

**18.3.** As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

**18.4.** A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**18.5.** Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**18.6.** O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**18.7.** As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**18.8.** Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**18.9.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**18.10.** Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

**18.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**18.12.** Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

## **19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**19.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**19.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**19.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**19.2.** A Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**19.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**19.4.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**20.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**20.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **21. DO CONTRATO**

**21.1.** Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

**21.2.** O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.

**21.3.** Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

**21.4.** Quando a **licitante** convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

**21.4.1.** Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

**21.4.1.1.** Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**21.4.1.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**21.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**21.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

**21.7.** Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021).

**21.8.** Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, **instituída pelo Código Tributário Municipal**, nos moldes da tabela abaixo:

<b>CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)</b>	<b>TAXA CORRESPONDENTE</b>
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

**\*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

## **22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**22.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação



contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**22.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**22.3.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**22.4.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

**22.5** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

**22.6** Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

## **23. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**23.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por prazo idêntico à vigência inicial, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- I. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. A Contratante/Município tenha interesse na continuidade dos serviços;
- III. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso, mediante negociação entre os CONTRATANTES;
- IV A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**23.1.1.** Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**23.1.2.** A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**23.1.3.** A extinção mencionada não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da data de aniversário do contrato.

**23.1.4.** Os serviços serão executados de acordo com o cronograma/tabela dos jogos e competições, apresentada quando da emissão da Ordem de Fornecimento/serviço, gerada pelo Setor Responsável da Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru.

**23.1.5.** Os serviços deverão ser realizados no local, dia e horário estabelecidos pela Secretaria de Educação, conforme o cronograma/tabela dos jogos e competições;

**23.1.5.1.** Os serviços solicitados deverão ser realizados nos locais e datas especificadas em boletim. A Fase Municipal dos JEP's (Jogos Escolares de Pernambuco) sempre acontece no primeiro semestre letivo com datas a serem definidas pela a Coordenação de Esporte Educacional da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado de Pernambuco. Os JEMC (Jogos Escolares Municipais de Caruaru) podem ser realizados em uma ou duas etapas, começando no primeiro semestre e finalizando no segundo, sempre em locais informados em boletins após vitorias e autorizações prévias no período da competição.

**Possíveis locais de competição:**

MODALIDADE	LOCAL	ENDEREÇO
Atletismo	Pista de Atletismo do Colégio Municipal Álvaro Lins	Rua Visconde de Inhaúma, s/n - Maurício de Nassau
Bocha Adaptada	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Judô, Karatê, Handebol,	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Basquete, Badminton,	ETI Irmã Ceciliana Gross	R. Vasco Fernandes Coutinho, 233 - Maurício de Nassau, Caruaru - PE, 55014-360
Xadrez	Escola Municial Santos Anjos	Av. Joaquim Salvador da Cruz, 770, Bairro Kennedy - CEP - 55.036-020
Natação	Piscina Parque Aquático José Queiroz	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Tênis de Mesa	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau

Vôlei de Praia	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futsal	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva, Escola em Tempo Integral Altair Porto. Escola em Tempo Integral Rubem de Lima Barros. Escola Municipal José Florêncio Neto Escola em Tempo Integral Altair Nunes Porto Filho	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau  Av. Quinze -Cidades Jardim Rua Olegário Bezerra, s/n - São Francisco Rua José Carlos Coutinho, s/n- Cedro
Voleibol	Escola Municipal Reunidas Duque de Caxias	Rua Erasmo Braga, 150-Centro
Festival Esportivo dos CMEI's	Centros Municipais de Educação Infantil	Em todos os CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil
Festival Esportivo dos anos iniciais	Escolas Municipais do Ensino Fundamental das Séries iniciais	Em todas as Escolas Municipais do Ensino Fundamental das Séries iniciais
Beach Tennis	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futmesa	Ginásio Municipal Prof. Erlandsen Rodrigues da Silva	Rua Tropical, s/n. Maurício de Nassau
Futebol	Estádio Vera Cruz  Campo da Asces	R. Heleno Feijó da Silva, 135, São Francisco, Caruaru - PE, 55006-400 Av. Portugal, 584- B. Universitário

## 23.2. Das condições de entrega e recebimento:

**23.2.1.** Os serviços serão recebidos de modo **provisório** ao final de cada evento, pelo fiscal do contrato ou pela equipe de fiscalização, sendo de responsabilidade do Contratado os padrões adequados de segurança e qualidade, conforme exigências do Edital e instrumento contratual;

**23.2.2.** Os serviços serão recebidos de modo **definitivo**, no prazo de 10(dez) dias do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, com o ATESTO nas Notas Fiscais;

**23.2.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

**23.2.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na

proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

**23.2.5.** Os serviços serão conferidos, somente por pessoa credenciada da Secretaria de Educação;

**23.3.** A contratada deverá garantir que todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço estejam devidamente treinados e habilitados. As equipes de arbitragem deverão comparecer, devidamente identificadas e uniformizadas, ao local das competições com antecedência mínima de 1 (uma) hora, não sendo permitido atrasos ou ausências das equipes de arbitragem designadas;

**23.4.** Os profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão apresentar-se ao trabalho munido de todo o material necessário à execução dos serviços, específicos para as atividades que serão realizadas, utilizando roupas adequadas ao ambiente e aos serviços;

**23.5. Todos os materiais e equipamentos necessários à efetiva prestação dos serviços de arbitragem serão por conta da CONTRATADA.**

**23.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado pelo setor responsável da Secretaria de Educação de Caruaru, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades;

**23.7.** O transporte necessário para a realização dos serviços até os locais de competição e jogos, a alimentação e hospedagem das equipes de arbitragem deverão ser de responsabilidade integralmente da empresa contratada.

**23.8.** As equipes de arbitragem se deslocarão por conta própria, aos locais de competição e, em caso de eventualidade, deverão se dirigir à Comissão Organizadora designada pela Secretaria de Educação e Esportes.

**23.9.** As equipes de arbitragem reportarão todos os resultados aos Árbitros gerais de cada Modalidade, os quais irão passar para a Comissão Organizadora, designada pela Secretaria de Educação e Esportes, para divulgação.

**23.10.** O Gerente de Esportes Educacional, ficará responsável em apresentar a tabela e o cronograma dos jogos, especificando o dia, os horários e os locais dos jogos, por modalidade.

**23.11.** Os jogos poderão ocorrer simultaneamente em mais de um local, sendo necessário mais de uma equipe de arbitragem, em conformidade com a tabela apresentada no anexo I e de acordo com as tabelas definitivas a serem apresentadas pela Organização do evento.



**23.12.** As tabelas definitivas das competições deverão ser apresentadas até 05 (cinco) dias que antecedem as datas de cada jogo.

**23.13.** Os serviços prestados deverão estar de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, alterado pela Resolução CNE 29 de 10/12/2009 do Ministério Estadual de Esporte.

**23.14.** O serviço deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal.

**23.15.** A empresa Contratada deverá comunicar a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, de imediato e com antecedência mínima de 24h os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços, ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

**23.16.** Em caso de alteração de hora e dia dos jogos ou rodadas, ou cancelamentos dos mesmos, não acarretará prejuízos e custos adicionais para a Contratante.

**23.17.** A empresa vencedora deverá relatar em súmulas, as principais ocorrências dos jogos e deverá ainda fornecer cópias das súmulas às equipes logo após o término da partida.

**23.18.** A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar as súmulas das partidas à Comissão Organizadora, designada pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**23.19.** Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **24. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**24.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

**Gestor(a) Titular: Kildary Belmiro Gomes, matrícula: 56.027-3**

**Gestor(a) Suplente: Erik Rafael Peixoto dos Anjos, matrícula: 56.020-2**

**E como fiscal:**

**Fiscal Titular: Carlos Augusto de Holanda Cavalcanti, matrícula: 56.020-0**

**Fiscal Suplente: Danyllo Alexandre de Menezes Amorim, matrícula: 56.020-1**

**24.2** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV



da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**24.3** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**24.4** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**25.1.** Os árbitros contratados deverão possuir registro em Confederação Nacional e/ou Federação Estadual da respectiva modalidade esportiva. A Contratada deve apresentar, no prazo máximo de 10 dias antes do início do evento, a relação de árbitros e componentes da equipe juntamente com o comprovante de filiação junto às Confederações e/ou Federações esportivas de cada um dos profissionais. A execução dos serviços por parte de cada árbitro/equipe de arbitragem deverá ocorrer na data exata de cada modalidade esportiva, conforme cronograma do evento, a ser divulgado em período antecedente ao início da competição; entretanto, em virtude de fatores climáticos ou de força maior que impossibilitem a realização de alguma modalidade na hora ou dia previsto, a(s) modalidade(s) em questão poderá(ão) ser prorrogada(s), sendo o serviço realizado em momento posterior.

**25.1.1** A conclusão do serviço ficará condicionada ao término das provas/combates/jogos daquela modalidade específica para o qual o árbitro/equipe de arbitragem foi contratado.

**25.1.2** A Contratada deverá executar fielmente os serviços, objeto do contrato, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho e em conformidade com sua proposta apresentada e orientações da Contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços.

**25.1.3** A Contratada deverá garantir todos os recursos humanos para a perfeita execução dos serviços, além de recursos materiais como uniformes, conforme orientação específica de cada federação, apitos, cartões, súmulas, que deverão ser disponibilizadas à Contratante após a conclusão dos serviços, dentre outros, segundo as especificidades e

necessidades apresentadas por cada uma das modalidades esportivas demandadas no presente Termo de Referência.

- 25.1.4** Todas as despesas de pessoal como deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução dos serviços deverão ser custeadas pela Contratada, não gerando vínculo empregatício, portanto, entre os funcionários da Contratada e a Administração Contratante.
- 25.1.5** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 25.1.6** A empresa Contratada deverá também cercar-se das garantias legais nos termos da legislação trabalhista, encargos previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive em relação à higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho, fornecendo uniformes, e equipamentos de segurança e proteção individual adequado (EPI e EPC).
- 25.1.7** Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.
- 25.1.8** Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE.
- 25.1.9** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.
- 25.1.10** Executar os serviços de arbitragem, conforme solicitado dentro de cada modalidade, conforme condições contidas neste Termo de Referência.
- 25.1.11** Responsabilizar-se pela substituição imediata de quaisquer arbitragens dentro de cada modalidade que não atender às exigências deste Termo de Referência, inclusive pela sua ausência nos dias dos jogos e pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços.
- 25.1.12** Emitir Notas Fiscais devidamente preenchidas de acordo com as descrições dos itens.
- 25.1.13** Manter seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.
- 25.1.14** Uniformizar todos os árbitros, de acordo com as modalidades.
- 25.1.15** Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes.
- 25.1.16** A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que

concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

## **25.2 DA CONTRATANTE**

**25.2.1** Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**25.2.2** Solicitar o fornecimento do serviço constante do objeto no Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecimento;

**25.2.3** Verificar a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**25.2.4** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**25.2.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

**25.2.6** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**25.2.7** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

**25.2.8** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**26.1.** A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto deste contrato, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do objeto, desde que tal subcontratação se restrinja a parcelas executivas específicas, complementares ou especializadas, permanecendo sob sua responsabilidade direta a coordenação geral, o planejamento técnico, o gerenciamento operacional, a integração das frentes de trabalho e a responsabilidade técnica pela execução global do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**26.2** A subcontratação não poderá implicar transferência da responsabilidade contratual, técnica ou administrativa, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela execução integral do contrato.

**26.2.** A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da fiscalização da CONTRATANTE o pedido de subcontratação, contendo:

- I – identificação completa da empresa ou profissional subcontratado;
- II – documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;
- III – comprovação de qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada, especialmente quanto à habilitação, experiência e credenciamento junto às entidades esportivas competentes;
- IV – indicação dos responsáveis técnicos, quando aplicável;
- V – descrição detalhada dos serviços a serem subcontratados;

**26.4.** A autorização da subcontratação dependerá de análise e anuência formal da CONTRATANTE, que verificará a compatibilidade da subcontratada com as exigências do edital e a preservação da unidade técnica e operacional do objeto.

**26.5.** A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que responderá integralmente pelos serviços executados por suas subcontratadas, inclusive quanto à qualidade, prazos, segurança, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e cumprimento das normas legais e regulamentares, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**26.6.** A CONTRATADA deverá celebrar contrato formal com a subcontratada, mantendo-o disponível à fiscalização, sem que se estabeleça qualquer vínculo jurídico ou financeiro entre a CONTRATANTE e a subcontratada.

**26.7.** O pagamento pelos serviços executados será realizado exclusivamente em favor da CONTRATADA, vedado qualquer pagamento direto à subcontratada.

**26.8.** Caberá à CONTRATADA a gestão, supervisão e compatibilização das atividades subcontratadas, garantindo a integração operacional entre todas as frentes de execução, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos serviços contratados.

## **26.9. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO**

**26.9.1.** A admissão de subcontratação parcial decorre das características técnicas e operacionais inerentes à execução do objeto, que consiste na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica em múltiplas modalidades esportivas, com execução simultânea em diferentes locais e datas ao longo do calendário esportivo da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC.

**26.9.2.** A natureza multidisciplinar da execução exige a atuação coordenada de diferentes especialidades técnicas, especialmente em modalidades que demandam árbitros e cronometristas com habilitação específica e credenciamento junto às respectivas federações ou confederações esportivas.



Em muitos casos, tais profissionais atuam vinculados a associações, cooperativas ou entidades especializadas de arbitragem esportiva, tornando a subcontratação parcial um mecanismo adequado para a disponibilização de equipes técnicas devidamente qualificadas.

**26.9.3.** Nesse contexto, a subcontratação constitui prática adequada ao setor, sendo necessária para:

- a) viabilizar a mobilização simultânea de equipes e profissionais especializados em múltiplas modalidades e locais;
- b) assegurar eficiência operacional e cumprimento do calendário esportivo municipal;
- c) ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a responsabilidade contratual;
- d) reduzir riscos operacionais decorrentes da concentração artificial de atividades heterogêneas em um único executor direto.

**26.9.4.** Ressalta-se que o modelo adotado não configura transferência da execução contratual, mas sim execução coordenada sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que permanece como integradora e responsável técnica pela entrega final do objeto, mantendo-se íntegros os deveres de supervisão, controle, qualidade e segurança.

**26.9.5.** Dessa forma, a previsão de subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do objeto harmoniza-se com a realidade técnica do mercado e com a natureza dos serviços contratados, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência, da competitividade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração Pública.

## **27. DO PAGAMENTO**

**27.1** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até **30 (trinta) dias** consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

**27.2** Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

**27.3** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**27.4.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;



- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

**27.5.** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da vinculados ao mesmo CNPJ constante do contrato.

**27.6.** É vedado o pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

**26.7.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**27.8.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no sub-item 27.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**27.9.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**27.10.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

## **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;

- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**28.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**28.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**28.4.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.5.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.6.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**28.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**28.10.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**28.11.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**28.12.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**28.13.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf

**28.14.** A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru-PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## **29. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**29.1.** A extinção do contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n.14.133/2021.

**29.2.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**29.3.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## **30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**30.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

**30.2.** A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

**30.3.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**30.4.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**30.5.** A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

**30.6.** Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

**30.7.** Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

**30.8.** Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

**30.9.** A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

**30.10.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

**30.11.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

**30.12. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita *in loco*, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).**

**30.13.** Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

**30.14.** A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**30.15.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

**30.16.** O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: [uceducacao.caruaru@gmail.com](mailto:uceducacao.caruaru@gmail.com), e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

**Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.**

**Gisele Ribeiro Farias**  
**Agente de Contratação/Pregoeiro – UC/EDUCAÇÃO**



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

A íntegra do Termo de Referência, bem como os anexos que o integram, constam na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontra-se disponibilizado junto ao download do edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagem de correio eletrônico, através do endereço indicado na capa deste edital.

**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****AO****MUNICÍPIO DE CARUARU-PE****REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.205/2026 – UC-EDUCAÇÃO****OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX****DATA DE ABERTURA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, ÀS \_\_\_\_:\_\_\_\_ HORAS.**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica durante os eventos desportivos executados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru,**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) n.º ....., estabelecida no(a) .....vem, perante este Agente de contratação/Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento do objeto supramencionado, conforme descrição abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor estimado unitário	Valor estimado total
1	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BASQUETEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Basquetebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, 1 (um) Apontador de vinte e quatro segundos, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	260	R\$	R\$
2	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE FUTEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de campo, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Quarto Árbitro e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	340	R\$	R\$
3	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE FUTSAL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de salão - Futsal, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Cronometrista e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada	JOGO	1.400	R\$	R\$



4	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE HANDEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Handebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	220	R\$	R\$
5	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VOLEIBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Voleibol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 2 (dois) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	400	R\$	R\$
6	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO de NATAÇÃO</b> Serviço de arbitragem para a modalidade de Natação, composto por 1 (um) árbitro geral, 2 (dois) árbitros de chegada, 3 (três) árbitros de virada, 2 (dois) árbitro de percurso, 1 (um) arbitro de partida, 1 (um) chefe de cronometragem, 6 (seis) cronometristas, 1 (um) anunciador e 1 (um) apurador, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
7	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BADMINTON</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Badminton, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 4 (quatro) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
8	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VÔLEI DE PRAIA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Vôlei de Praia, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
9	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE XADREZ</b> , Serviço de arbitragem para a competição de Xadrez, composto por 1 (um) Árbitro principal e 4 (quatro) Árbitros auxiliares, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	12	R\$	R\$

10	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE JUDÔ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Judô, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 04 (quatro) Árbitros laterais, 02 (dois) Anotadores, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$	R\$
11	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE KARATÊ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Karatê, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 02 (dois) Árbitros laterais, 01 (um) Anotador, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$	R\$
12	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE TÊNIS DE MESA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Tênis de Mesa, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 04 (quatro) Árbitros centrais, 01 (um) Árbitro de controle e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
13	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BOCHA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Bocha, composto por 01 (um) Árbitro Geral, 03 (três) Árbitros auxiliares e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	10	R\$	R\$
14	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE ATLETISMO</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Atletismo, composto por 01 (um) Árbitro geral, 01 (um) Árbitro de partida, 01 (um) Árbitro de chegada, 01 (um) Cronometrista Chefe, 01 (um) Árbitro de provas de campo, 01 (um) Árbitro de provas de pista, 03 (três) Árbitro de provas de salto, 03 (três) Árbitro de provas de arremessos, 8 (oito) Cronometrista e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$

15	<b>BEACH TENNIS</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da Confederação Brasileira de Beach Tennis (CBBT). Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapa	8	R\$	R\$
16	<b>FUTMESA</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da modalidade. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapa	8	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$</b>	

**Para fins de apresentação da proposta e/ou dos lances, os itens que compõem os lotes deverão apresentar valores unitários iguais ou inferiores ao valor estimado, uma vez que a análise não se limitará ao valor total dos Lotes.**



Valor total da proposta: R\$ .....(valor por extenso)

Validade da proposta: **90 (noventa) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

**DADOS PARA PAGAMENTO:**

Banco:

Agência:

Conta:

Local, .....de .....de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
(identificação/nome/carimbo/etc)

**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

**AO**  
**MUNICÍPIO DE CARUARU-PE**  
**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90105/2026 – UC-EDUCAÇÃO**  
**OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**DATA DE ABERTURA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, ÀS \_\_\_\_:\_\_\_\_ HORAS.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SDS/\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

**DECLARA** que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**DECLARA** que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

**DECLARA** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

**DECLARA** que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA  
ASSINATURA

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

☞

\_\_\_\_\_  
**Nome, Ass. e CNPJ.**

**Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.**

**ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO**

Processo Licitatório nº 105/2026 – UC-Educação.  
Pregão Eletrônico nº 90.105/2026 – UC-Educação.  
Contrato nº \_\_\_\_/2026.

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES E A EMPRESA \_\_\_\_\_ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.536/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, neste ato representado pelo Secretário, Sr. \*\*\*\*\*, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Caruaru PE, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº \_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, nesta ato representada por seu sócio – gerente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90105/2026 - UC-EDUCAÇÃO** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica durante os eventos desportivos executados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste documento.

§ 1º - O presente Contrato vincula-se aos termos:

- a) Do Edital do Procedimento Licitatório que deu origem a esta contratação; e
- b) Da proposta da Contratada.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS, LOCAL DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**2.1.** Os serviços serão executados de acordo com o cronograma/tabela dos jogos e competições, apresentada quando da emissão da Ordem de Fornecimento/serviço, gerada pelo Setor Responsável da Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru.

**2.2.** Os serviços deverão ser realizados no local, dia e horário estabelecidos pela Secretaria de Educação, conforme o cronograma/tabela dos jogos e competições;

**2.2.1.** Os serviços solicitados deverão ser realizados nos locais e datas especificadas em boletim. A Fase Municipal dos JEP's (Jogos Escolares de Pernambuco) sempre acontece no primeiro semestre letivo com datas a serem definidas pela a Coordenação de Esporte Educacional da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado de Pernambuco. Os JEMC (Jogos Escolares Municipais de Caruaru) podem ser realizados em uma ou duas etapas, começando no primeiro semestre e finalizando no segundo, sempre em locais informados em boletins após vitorias e autorizações prévias no período da competição.

### **2.3 Das condições de entrega e recebimento:**

**2.3.1.** Os serviços serão recebidos de modo provisório ao final de cada evento, pelo fiscal do contrato ou pela equipe de fiscalização, sendo de responsabilidade do Contratado os padrões adequados de segurança e qualidade, conforme exigências do Edital e instrumento contratual;

**2.3.2.** Os serviços serão recebidos de modo definitivo, no prazo de 10(dez) dias do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, com o ATESTO nas Notas Fiscais;

**2.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

**2.3.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

**2.3.5.** Os serviços serão conferidos, somente por pessoa credenciada da Secretaria de Educação;

**2.4** A contratada deverá garantir que todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço estejam devidamente treinados e habilitados. As equipes de



arbitragem deverão comparecer, devidamente identificadas e uniformizadas, ao local das competições com antecedência mínima de 1 (uma) hora, não sendo permitido atrasos ou ausências das equipes de arbitragem designadas;

**2.5.** Os profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão apresentar-se ao trabalho munido de todo o material necessário à execução dos serviços, específicos para as atividades que serão realizadas, utilizando roupas adequadas ao ambiente e aos serviços;

**2.6.** Todos os materiais e equipamentos necessários à efetiva prestação dos serviços de arbitragem serão por conta da CONTRATADA.

**2.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado pelo setor responsável da Secretaria de Educação de Caruaru, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades;

**2.8.** O transporte necessário para a realização dos serviços até os locais de competição e jogos, a alimentação e hospedagem das equipes de arbitragem deverão ser de responsabilidade integralmente da empresa contratada.

**2.9.** As equipes de arbitragem se deslocarão por conta própria, aos locais de competição e, em caso de eventualidade, deverão se dirigir à Comissão Organizadora designada pela Secretaria de Educação e Esportes.

**2.10.** As equipes de arbitragem reportarão todos os resultados aos Árbitros gerais de cada Modalidade, os quais irão passar para a Comissão Organizadora, designada pela Secretaria de Educação e Esportes, para divulgação.

**2.11.** O Gerente de Esportes Educacional, ficará responsável em apresentar a tabela e o cronograma dos jogos, especificando o dia, os horários e os locais dos jogos, por modalidade.

**2.12.** Os jogos poderão ocorrer simultaneamente em mais de um local, sendo necessário mais de uma equipe de arbitragem, em conformidade com a tabela apresentada no anexo I e de acordo com as tabelas definitivas a serem apresentadas pela Organização do evento.

**2.13.** As tabelas definitivas das competições deverão ser apresentadas até 05 (cinco) dias que antecedem as datas de cada jogo.

**2.14.** Os serviços prestados deverão estar de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, alterado pela Resolução CNE 29 de 10/12/2009 do Ministério Estadual de Esporte.

**2.15.** O serviço deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que estabelece as normas de proteção e defesa do

consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal.

**2.16.** A empresa Contratada deverá comunicar a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, de imediato e com antecedência mínima de 24h os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços, ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

**2.17.** Em caso de alteração de hora e dia dos jogos ou rodadas, ou cancelamentos dos mesmos, não acarretará prejuízos e custos adicionais para a Contratante.

**2.18.** A empresa vencedora deverá relatar em súmulas, as principais ocorrências dos jogos e deverá ainda fornecer cópias das súmulas às equipes logo após o término da partida.

**2.19.** A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar as súmulas das partidas à Comissão Organizadora, designada pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**2.20.** Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_). Destarte a CONTRATADA foi vencedora do **LOTE** \_\_\_\_ do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor estimado unitário	Valor estimado total
1	ARBITRAGEM para JOGO DE BASQUETEBOL, Serviço de arbitragem para a modalidade de Basquetebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, 1 (um) Apontador de vinte e quatro segundos, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	260	R\$	R\$
2	ARBITRAGEM para JOGO DE FUTEBOL, Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de campo, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um)	JOGO	340	R\$	R\$

	Quarto Árbitro e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.				
3	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE FUTSAL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Futebol de salão - Futsal, composto por 1 (um) Árbitro Central, 2 (dois) Árbitros Assistentes, 1 (um) Cronometrista e 01 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada	JOGO	1.400	R\$	R\$
4	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE HANDEBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Handebol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 1(um) Cronometrista, e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	220	R\$	R\$
5	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VOLEIBOL</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Voleibol, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 2 (dois) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada jogo. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	JOGO	400	R\$	R\$
6	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO de NATAÇÃO</b> Serviço de arbitragem para a modalidade de Natação, composto por 1 (um) árbitro geral, 2 (dois) árbitros de chegada, 3 (três) árbitros de virada, 2 (dois) árbitro de percurso, 1 (um) arbitro de partida, 1 (um) chefe de cronometragem, 6 (seis) cronometristas, 1 (um) anunciador e 1 (um) apurador, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
7	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BADMINTON</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Badminton, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares, 4 (quatro) Fiscais de linha e 1 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
8	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE VÔLEI DE PRAIA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Vôlei de Praia, composto por 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros auxiliares e 1 (um) Mesário, por cada etapa de	Etapa	16	R\$	R\$

	competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.				
9	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE XADREZ</b> , Serviço de arbitragem para a competição de Xadrez, composto por 1 (um) Árbitro principal e 4 (quatro) Árbitros auxiliares, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	12	R\$	R\$
10	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE JUDÔ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Judô, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 04 (quatro) Árbitros laterais, 02 (dois) Anotadores, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$	R\$
11	ARBITRAGEM para <b>COMPETIÇÃO DE KARATÊ</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Karatê, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 02 (dois) Árbitros centrais, 02 (dois) Árbitros laterais, 01 (um) Anotador, 02 (dois) Cronometristas e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	24	R\$	R\$
12	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE TÊNIS DE MESA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Tênis de Mesa, composto por 01 (um) Coordenador de arbitragem, 04 (quatro) Árbitros centrais, 01 (um) Árbitro de controle e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
13	ARBITRAGEM para <b>JOGO DE BOCHA</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Bocha, composto por 01 (um) Árbitro Geral, 03 (três) Árbitros auxiliares e 01 (um) Mesário, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	10	R\$	R\$



14	<b>ARBITRAGEM para COMPETIÇÃO DE ATLETISMO</b> , Serviço de arbitragem para a modalidade de Atletismo, composto por 01 (um) Árbitro geral, 01 (um) Árbitro de partida, 01 (um) Árbitro de chegada, 01 (um) Cronometrista Chefe, 01 (um) Árbitro de provas de campo, 01 (um) Árbitro de provas de pista, 03 (três) Árbitro de provas de salto, 03 (três) Árbitro de provas de arremessos, 8 (oito) Cronometrista e 02 (dois) Mesários, por cada etapa de competição. Todas as despesas com a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras, deverão ser custeadas pela empresa contratada.	Etapa	16	R\$	R\$
15	<b>BEACH TENNIS</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da Confederação Brasileira de Beach Tennis (CBBT). Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.	Etapa	8	R\$	R\$
16	<b>FUTMESA</b> - A prestação dos serviços de arbitragem deverá ser de acordo com as regras Oficiais da modalidade. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá ser idônea e profissional. Constatada alguma irregularidade pela comissão organizadora de Esportes (gerência de Esportes), a empresa sofrerá notificação a ser emitida pela contratante. Toda a prestação dos serviços de arbitragem deverá estar dentro das normas da ABNT, INMETRO e Ministério da Educação. A equipe de arbitragem deverá ser formada por dois árbitros, um secretário (anotador) e um cronometrista, devidamente uniformizados, e com todos os materiais e insumos necessários para realização do serviço de acordo com as regras oficiais da modalidade (uniforme, súmulas, apitos, cronômetros, etc). Todos os membros da equipe de arbitragem deverão ser registrados e/ou filiados na confederação nacional e/ou federação estadual específica da	Etapa	8	R\$	R\$



modalidade apresentando documentação de experiência de jogos e nível regional ou superior, no momento de assinatura do contrato.				
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$</b>

**3.2.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

**3.2.2.** Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

**3.2.3.** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**3.2.4.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

**3.2.5.** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da vinculados ao mesmo CNPJ constante do contrato.

**3.2.6.** É vedado o pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

**3.2.7.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**3.2.8.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no subitem 4.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**3.2.9.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**3.2.10.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

### **3.3. Reajuste de Preços**

**3.3.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.3.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**3.3.3.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**3.3.4.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

**3.4.** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

## **4. CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
12.361.1217.2.7004 - Suporte as Atividades Esportivas Escolares  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
12.361.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2701.2.158 - Suporte aos eventos e competições de Desporto de Rendimento  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2704.2.214 - Suporte aos eventos e competições do Paradesporto  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11001 - Secretaria de Educação e Esportes  
27.812.2708.2.147 - Suporte as Atividades de Desporto e Lazer  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 101 - Recursos Próprios

11000 - Secretaria de Educação e Esportes  
11002 - FUNDEB  
12.361.1218.2.7004 - Suporte às Atividades Esportivas Escolares  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A entrega dos serviços será realizada de forma parcelada, ao longo da vigência contratual, conforme demanda do calendário esportivo previamente definido e comunicado à contratada pela SEDUC.

**5.1.1.** Os serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica objeto desta contratação deverá ser prestados em estrita conformidade com as regras oficiais de cada modalidade esportiva, os regulamentos das respectivas confederações e federações, as diretrizes do Código Brasileiro de Justiça Desportiva — CBJD e as normas técnicas aplicáveis, observando-se, em cada caso, a composição mínima de equipe definida para cada item.

**5.1.2.** A empresa contratada deverá disponibilizar equipes completas de arbitragem, em quantitativo suficiente para atender simultaneamente às competições, jogos e etapas previstas no calendário esportivo da SEDUC, inclusive em casos de sobreposição de horários e locais, assegurando a continuidade, a regularidade e a fidedignidade das competições.

**5.2.** Os profissionais designados para atuação nos eventos deverão:

a) possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;



b) ter formação compatível e experiência comprovada em eventos esportivos de porte e nível compatíveis com os jogos escolares municipais, estaduais e demais competições organizadas pela Administração;

c) apresentar credenciamento ativo nas entidades esportivas competentes, Confederação, Federação e/ou Associações locais pertinentes à modalidade, comprovado mediante carteira, atestado de capacidade técnica e/ou certificado emitido pela entidade correspondente;

d) observar rigorosamente as regras oficiais das modalidades e os regulamentos das competições promovidas pelo Município.

**5.2.1.** Constitui requisito técnico indispensável que a empresa contratada forneça, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: apitos, cronômetros, súmulas, formulários, cartões, bandeiras, pranchetas, trenas, equipamentos de sonorização, placares e sistemas de cronometragem eletrônica, quando exigidos pela modalidade. Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e adequados às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

**5.2.2.** Os preços ofertados deverão contemplar todas as despesas necessárias à perfeita realização dos serviços, incluindo: deslocamento, alimentação, eventual hospedagem dos profissionais, materiais relativos à arbitragem esportiva, placar eletrônico, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**5.2.3.** As equipes de arbitragem deverão apresentar-se devidamente uniformizadas, identificadas e com antecedência mínima de 01 (uma) hora do início das competições, sendo vedados atrasos, ausências ou substituições não previamente autorizadas pela fiscalização contratual.

**5.2.4.** Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o cronograma oficial dos eventos, com registro adequado das ocorrências e resultados em súmulas oficiais, as quais deverão ser entregues às equipes e encaminhadas à Comissão Organizadora nos prazos estabelecidos, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a regularidade das competições esportivas.

**5.2.5.** Não será admitida, na execução dos serviços, a participação de empresa ou de profissionais que estejam cumprindo penalidades de suspensão ou sanção imposta por órgãos da Justiça Desportiva ou por entes da Administração Pública. A contratada deverá promover a substituição imediata de qualquer profissional que venha a incorrer nessa condição durante a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**5.2.6.** Os profissionais a serem disponibilizados para a execução dos serviços de arbitragem enquadram-se na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO nº 3772, correspondente a Árbitros Desportivos, conforme estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

**5.2.7.** Deverão ser fornecidos os itens especificados, observando-se, rigorosamente, as características especificadas no Termo de Referência.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE**

- 6.1.** Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.2.** Solicitar o fornecimento do produto constante do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecimento;
- 6.3.** Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.5.** Devolver, no todo ou em parte, o produto que não estiver com boa apresentação ou sem condições de ser utilizado.
- 6.6.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- 6.7.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.8.** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 6.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1.** Os árbitros contratados deverão possuir registro em Confederação Nacional e/ou Federação Estadual da respectiva modalidade esportiva. A Contratada deve apresentar, no prazo máximo de 10 dias antes do início do evento, a relação de árbitros e componentes da equipe juntamente com o comprovante de filiação junto às Confederações e/ou Federações esportivas de cada um dos profissionais.
- 7.2.** A execução dos serviços por parte de cada árbitro/equipe de arbitragem deverá ocorrer na data exata de cada modalidade esportiva, conforme cronograma do evento, a ser divulgado em período antecedente ao início da competição; entretanto, em virtude de fatores climáticos ou de força maior que impossibilitem a realização de alguma modalidade na hora ou dia previsto, a(s) modalidade(s) em questão poderá(ão) ser prorrogada(s), sendo o serviço

realizado em momento posterior.

**7.3.** A conclusão do serviço ficará condicionada ao término das provas/combates/jogos daquela modalidade específica para o qual o árbitro/equipe de arbitragem foi contratado.

**7.4.** A Contratada deverá executar fielmente os serviços, objeto do contrato, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho e em conformidade com sua proposta apresentada e orientações da Contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços.

**7.5.** A Contratada deverá garantir todos os recursos humanos para a perfeita execução dos serviços, além de recursos materiais como uniformes, conforme orientação específica de cada federação, apitos, cartões, súmulas, que deverão ser disponibilizadas à Contratante após a conclusão dos serviços, dentre outros, segundo as especificidades e necessidades apresentadas por cada uma das modalidades esportivas demandadas no presente Termo de Referência.

**7.6.** Todas as despesas de pessoal como deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução dos serviços deverão ser custeadas pela Contratada, não gerando vínculo empregatício, portanto, entre os funcionários da Contratada e a Administração Contratante.

**7.7.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**7.8.** A empresa Contratada deverá também cercar-se das garantias legais nos termos da legislação trabalhista, encargos previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive em relação à higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho, fornecendo uniformes, e equipamentos de segurança e proteção individual adequado (EPI e EPC).

**7.9.** Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.

**7.10.** Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE.

**7.11.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato,

dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

**7.12.** Executar os serviços de arbitragem, conforme solicitado dentro de cada modalidade, conforme condições contidas neste Termo de Referência.

**7.13.** Responsabilizar-se pela substituição imediata de quaisquer arbitragens dentro de cada modalidade que não atender às exigências deste Termo de Referência, inclusive pela sua ausência nos dias dos jogos e pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços.

**7.14.** Emitir Notas Fiscais devidamente preenchidas de acordo com as descrições dos itens.

**7.15.** Manter seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

**7.16.** Uniformizar todos os árbitros, de acordo com as modalidades.

**7.17.** Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações dos serviços, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes.

**7.18.** A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil Brasileiro e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO**

**8.1.** A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto deste contrato, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do objeto, desde que tal subcontratação se restrinja a parcelas executivas específicas, complementares ou especializadas, permanecendo sob sua responsabilidade direta a coordenação geral, o planejamento técnico, o gerenciamento operacional, a integração das frentes de trabalho e a responsabilidade técnica pela execução global do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** A subcontratação não poderá implicar transferência da responsabilidade contratual, técnica ou administrativa, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela execução integral do contrato.

**8.3.** A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da fiscalização da CONTRATANTE o pedido de subcontratação, contendo:

- I – identificação completa da empresa ou profissional subcontratado;
- II – documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;



III – comprovação de qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada, especialmente quanto à habilitação, experiência e credenciamento junto às entidades esportivas competentes;

IV – indicação dos responsáveis técnicos, quando aplicável;

V – descrição detalhada dos serviços a serem subcontratados;

**8.4.** A autorização da subcontratação dependerá de análise e anuência formal da CONTRATANTE, que verificará a compatibilidade da subcontratada com as exigências do edital e a preservação da unidade técnica e operacional do objeto.

**8.5.** A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que responderá integralmente pelos serviços executados por suas subcontratadas, inclusive quanto à qualidade, prazos, segurança, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e cumprimento das normas legais e regulamentares, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**8.6.** A CONTRATADA deverá celebrar contrato formal com a subcontratada, mantendo-o disponível à fiscalização, sem que se estabeleça qualquer vínculo jurídico ou financeiro entre a CONTRATANTE e a subcontratada.

**8.7.** O pagamento pelos serviços executados será realizado exclusivamente em favor da CONTRATADA, vedado qualquer pagamento direto à subcontratada.

**8.8.** Caberá à CONTRATADA a gestão, supervisão e compatibilização das atividades subcontratadas, garantindo a integração operacional entre todas as frentes de execução, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos serviços contratados.

#### **8.9. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO**

**8.9.1.** A admissão de subcontratação parcial decorre das características técnicas e operacionais inerentes à execução do objeto, que consiste na prestação de serviços de arbitragem esportiva e cronometragem eletrônica em múltiplas modalidades esportivas, com execução simultânea em diferentes locais e datas ao longo do calendário esportivo da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC.

**8.9.2.** A natureza multidisciplinar da execução exige a atuação coordenada de diferentes especialidades técnicas, especialmente em modalidades que demandam árbitros e cronometristas com habilitação específica e credenciamento junto às respectivas federações ou confederações esportivas. Em muitos casos, tais profissionais atuam vinculados a associações, cooperativas ou entidades especializadas de arbitragem esportiva, tornando a subcontratação parcial um mecanismo adequado para a disponibilização de equipes técnicas devidamente qualificadas.



**8.9.3.** Nesse contexto, a subcontratação constitui prática adequada ao setor, sendo necessária para:

- a) viabilizar a mobilização simultânea de equipes e profissionais especializados em múltiplas modalidades e locais;
- b) assegurar eficiência operacional e cumprimento do calendário esportivo municipal;
- c) ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a responsabilidade contratual;
- d) reduzir riscos operacionais decorrentes da concentração artificial de atividades heterogêneas em um único executor direto.

**8.9.4.** Ressalta-se que o modelo adotado não configura transferência da execução contratual, mas sim execução coordenada sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que permanece como integradora e responsável técnica pela entrega final do objeto, mantendo-se íntegros os deveres de supervisão, controle, qualidade e segurança.

**8.9.5.** Dessa forma, a previsão de subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do objeto harmoniza-se com a realidade técnica do mercado e com a natureza dos serviços contratados, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência, da competitividade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração Pública.

## **9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**9.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**9.4.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.5.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.6.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.10.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.11.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**9.12.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**9.13.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf

**9.14.** A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru-PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A extinção do contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n. 14.133/2021.

**10.1.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**10.1.2.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.
- 11.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 11.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, a execução do objeto será acompanhada pelos Servidores:

**Gestor(a) Titular: Kildary Belmiro Gomes, matrícula: 56.027-3**

**Gestor(a) Suplente: Erik Rafael Peixoto dos Anjos, matrícula: 56.020-2**

**Fiscal Titular: Carlos Augusto de Holanda Cavalcanti, matrícula: 56.020-0**

**Fiscal Suplente: Danylo Alexandre de Menezes Amorim, matrícula: 56.020-1**

**12.2.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**12.3.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**12.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**



**13.1.** Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

<b>CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMISSION, RENOVATION E/OU ADITIVOS)</b>	<b>TAXA CORRESPONDENTE</b>
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO**

**14.1.** Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Único:** Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS TOLERÂNCIAS**

**16.1.** Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**





**19.1.** É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

**Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.**

**MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**  
**Contratante**

**(inserir razão social da empresa)**  
**(inserir representante legal da empresa)**  
**Contratada**

